

**CONFLITOS AMBIENTAIS TERRITORIAIS NO PARQUE
NACIONAL DA SERRA DO CIPÓ**

*REGIONAL ENVIRONMENTAL CONFLICTS IN THE NATIONAL PARK
SERRA of CIPÓ*

Felisa Cançado Anaya
Maria Cecília Freitas de Souza

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS
Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
felisaanaya@gmail.com, cecifsouza@gmail.com

RESUMO

O Parque Nacional da Serra do Cipó – PNSCi, localizado na região sul da Serra do Espinhaço, é considerado um dos cenários naturais de grande atratividade turística nacional e internacional. É um espaço social privilegiado dos pesquisadores, que tem no preservacionismo a base que orienta suas ações no campo ambiental. Criado em 1975, enquanto Parque Estadual, em 1984 foi recategorizado como Parque Nacional. Tal processo foi marcado pela expropriação de vários grupos familiares tradicionais do lugar que mantinham formas de apropriação comunal e familiar do ambiente. Este texto apresenta este processo de expropriação dando ênfase ao que pode ser compreendido atualmente como segundo ciclo de expropriação. Uma reconfiguração do conflito ambiental reatualizado no ano de 2013 junto aos seis últimos grupos familiares tradicionais resistentes da Comunidade do Retiro. O conflito atual mostra a sobreposição de reivindicações entre os diversos grupos tradicionais, portadores de identidades e lógicas culturais diferenciadas, e o ICMBio sobre o mesmo recorte espacial. Este presente trabalho tem como objetivo compreender o processo de desterritorialização em seu primeiro ciclo, realizado na época da implementação do PNSCi, a atualização deste processo em seu segundo ciclo no Retiro e compreender o sentido do território-parque para cada sujeito. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica, entrevistas semi-estruturadas e mapa mental.

Palavras-chave: Conflito Ambiental, Comunidades Tradicionais, Desterritorialização, Ecologia Política.

ABSTRACT

The National Park of Serra do Cipo - PNSCi, located in the southern Serra do Espinhaço, is considered one of the natural settings of great national tourist attractiveness and internacionalmente.É a privileged social space of the researchers, which has a base in preservationism that guides their actions in the environmental field. Created in 1975, while State Park in 1984 was recategorized as a National Park. This process was marked by the expropriation of several traditional family groups that kept the place forms of communal ownership, and family environment. This paper presents this process of expropriation emphasizing that currently can be understood as a second cycle of expropriation. A reconfiguration of environmental conflict reatualizado in 2013 with the last six traditional family groups resistant community Retiro. Current conflict shows overlapping claims between the various traditional groups, with different identities and cultural logics, and ICMBio on the same spatial area. This present study

aims to understand the process of deterritorialization in its first cycle, performed at the time of implementation of PNSCi, the update of this process in its second cycle in Retiro and understand the meaning of territorial park for each sujeito. To that end, we conducted literature search, semi-structured interviews and mental map.

Keywords: Environmental Conflict, Traditional Communities, Deterritorialization, Political Ecology.

INTRODUÇÃO

O atual Parque Nacional da Serra do Cipó foi originalmente implementado como uma Unidade de Conservação Estadual (Lei Estadual n.º605, de 14 de julho de 1975), em um contexto de ditadura militar e emergência do movimento ambientalista no Brasil. Criado a partir de uma pressão de cientistas e pesquisadores das ciências naturais preocupados com a conservação da biodiversidade da Serra do Cipó, seguiu os preceitos preservacionistas de manutenção de áreas naturais da forma menos alterada possível. A proposta de sua transformação em Parque Nacional foi apresentada pelo Instituto Brasileiro do Desenvolvimento Florestal-IBDF que instituiu uma comissão para realizar estudos que subsidiasse esse projeto (IBAMA, 1994). Composta pela Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais - CETEC, Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano - CNDU, Empresa Brasileira de Turismo-EMBRATUR e Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-SPHAN, em 1977, iniciaram-se os trabalhos de delimitação da área que deveria se transformada em Parque. Para tanto foi realizado o levantamento fundiário das terras ocupadas, das benfeitorias existentes a serem desapropriadas e da topografia do local a ser demarcado. Sem considerar os sujeitos e suas relações territoriais com o lugar, o Parque Estadual da Serra do Cipó foi transformado em unidade integral federal, em 25 de setembro de 1984, pelo Decreto n.º 90.223. Como consequência deste processo, iniciou-se o que compreendemos como primeiro ciclo de expropriações dos diversos grupos familiares tradicionais do lugar que tiveram sua reprodução econômica e sociocultural, assentado em um modo de vida coletivo e familiar, subsumidas por outra lógica de apropriação territorial que desconsidera a dialética entre sociedade e ambiente em prol de uma natureza intocada. Tal processo assentado na perspectiva dicotômica sociedade e natureza gerou o que se denomina conflitos ambientais territoriais (Zhourri *et al*:2010), que dizem respeito a situações onde existem a sobreposição de reivindicações de diversos grupos sociais, portadores de identidade e lógicas diferenciadas sobre o mesmo recorte espacial. As disputas territoriais no espaço social da Serra do Cipó são conduzidas por distintos atores com diferentes visões de mundo sobre o lugar e apresentam formas assimétricas de uso e apropriação do território. Conceito importante para se compreender a estrutura dos conflitos ambientais territoriais, sua dinâmica, e formas de reprodução. O que pode ser observado atualmente no mesmo recorte espacial, o que compreendemos como segundo ciclo de expropriação. Aqui se reconfigura o conflito entre grupos familiares tradicionais do Retiro, resistentes ao primeiro ciclo de expropriação, que vivendo de forma precária e limitada no interior do que veio a se transformar no PNSCi, em uma área considerada pelo plano de manejo de “ocupação temporária”, têm hoje seus direitos desconsiderados e vem sendo ameaçados pela construção de um estacionamento para turismo em seus território, como parte de medidas compensatórias à construção da rodovia MG- 010. Nesse sentido, este trabalho revela os processos socioambientais e históricos por trás da criação do PNSCi e os dramas sociais das comunidades tradicionais do lugar que ainda não foram indenizadas desde a década de 1970, as que

querem retornar para o território usurpado e o atual processo de expropriação das famílias resistentes do Retiro

PROCESSO HISTÓRICO DE USO E OCUPAÇÃO DA REGIÃO

O registro mais antigo sobre o primeiro proprietário da região, que hoje é o distrito Serra do Cipó, foi o Sr. José Ferreira, que em 1746 recebeu a outorga de terra, do que na época era a Sesmaria do Cipó. Estas terras tinham várias léguas de extensão e abrangiam os atuais municípios de Santana do Riacho e Jaboticatubas (FILIPPO, 2013).

Em seus estudos, Filippo (2013) relata algumas formas de uso do ambiente pelos primeiros moradores da localidade, ainda, no século XVIII, tempo em que era comum o plantio da mamona e da palmeira macaúba para extração de óleo. A partir do século XIX as principais atividades econômicas eram o plantio de feijão, milho, arroz, algodão e criação de gado, que propiciavam uma autonomia alimentar diversificada e atividades de comercialização com outras populações. A comercialização das mercadorias era realizado por tropeiros, que até a década de 1920 era feito por trilhas, que consistiam o único acesso à região. São notórias as práticas tradicionais dos antigos moradores, desde a coleta de flores secas (Sempre-Vivas) para comercialização, às praticas de soltas de gado em terreno comum, conforme relato abaixo.

Quando eu cresci aqui, meu marido trabalhava com flor seca. *Panhava* lá na serra, porque naquela época não tinha IBAMA então a gente podia *panhar* né. *Panhava* aí a gente mandava pra Congonha do Norte, Diamantina. **Que tipo de flor que era?** (...), cabeça-de-nego, coroinha, sempre-viva, abacaxi dourado, toda flor seca que dava na serra a gente pegava. **Já *panhava* ela seca?** Não, *panhava* ela verde. Na hora que abria a gente *panhava*, fazia os molhos e deixava secar, trazia pra cá no cargueiro e aí mandava pra Congonha do Norte, 2, 3mil quilos. (ENTREVISTA COM EX-MORADORA DA SERRA, REALIZADA PELO NIISA, 2013)

A Serra do Cipó por sua grande extensão tem características específicas em diferentes pontos. A oeste, o sertão, com imensos tabuleiros dos gerais, com suas árvores retorcidas e clima mais seco. A leste, a floresta atlântica, com maior dificuldade de acesso. Os moradores da Serra conheciam a sua região e remarcavam os territórios de seus domínios, como por exemplo: Retiro, Bandeirinhas, Andorinhas, Retiro/Trombador, Capão das Gamelas, Vargem do Veado, Currais, Capão do Doutor, Capão do Palmito e Serra dos Alves, territórios que se espalhavam por toda a região do atual Parque. Podem ser observadas as seguintes regiões no relato que se segue:

Soltava o gado em determinada época do ano lá em cima... Depois voltava. Os campeiros de lá éramos todos nós(...) **Em que lugar que era?** Aquele lugar que o gado pastava lá, chamam até hoje Capão do Doutor, Bandeirinha, Vargem do Veado. Tinham muitos outros lugares... Capão de água fria, Montera, e os currais. (ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA, REALIZADA PELO NIISA, 2013)

A partir de 1978, a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, utilizando recursos oriundos do convênio firmado com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU, a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur e a

Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN iniciaram os trabalhos de delimitação da área a ser transformada em parque e seu levantamento fundiário e benfeitorias para que se pudesse proceder às desapropriações. Em 1979 foi assinado um convênio entre o Governo de Minas Gerais e o Ministério da Agricultura, segundo o qual o Governo Federal repassaria ao Estado a quantia de trinta milhões de cruzeiros para a implantação da UC. Mais dois instrumentos legais (Lei 6.681 de 10 de novembro de 1975 e o Decreto nº 19.278 de 03 de julho de 1977) foram sancionados pelo Governo de Minas Gerais objetivando a criação do Parque Estadual da Serra do Cipó. (SANTOS e DAPIEVE, 1998). Apenas com o decreto de número 90.223 de 25 de setembro de 1984 foi implementado o Parque Nacional da Serra do Cipó, e com a sua criação a consequente desapropriação de acordo com o decreto 94.984 do ano de 1987. Tal decreto vem pontuar que são declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas de terras e benfeitorias localizadas nos Municípios de Jaboticatubas, Santana do Riacho, Morro do Pilar e Itambé do Mato Dentro.

As desapropriações romperam a organização social dos grupos familiares e as formas de com o lugar, através de um processo marcado pela violência material, física e simbólica.

“chegaram e disseram que tinha 30 dias para sair, saímos com a roupa do corpo. Fizeram um despejo, nossos móveis, tudo ficou lá... Descemos com a roupa do corpo, e todo o resto foi queimado e destruído, a plantação e as casas.(...) **O senhor já chegou a voltar lá, depois que saiu?** Voltei, voltei, mas foi bem antes que eu voltei lá, mas quando eu voltei lá já tava tudo queimado. Queimou. Acabou casa, acabou tudo. Não tem mais casa. (ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA DO CIPÓ REALIZADA PELO NIISA, 2013).

Além das benfeitorias, bens, roçados, criações, entre outros, a violência simbólica operada pelos agentes ambientais foi determinante para o processo de saída forçada das famílias do lugar. Conceito utilizado a partir de Bourdieu (1989) que traduz uma fabricação contínua de crenças no processo de socialização, que induzem o sujeito a se posicionar no espaço social seguindo critérios e padrões do discurso dominante. Ao perguntar aos entrevistados porque que eles pararam de plantar, de caçar e de pescar, a resposta é sempre a mesma: por causa do IBAMA que chegou proibindo tudo. Tentando conseguir a compreensão de como foi a chegada do órgão ambiental (na época IBDF) e como que as restrições das práticas consideradas proibidas foram apresentadas à comunidade, percebeu-se que um conjunto de fatores interferiu para que tais práticas praticamente acabassem no distrito (FILLIPO, 2013). Os moradores não estavam cientes do que estava acontecendo, o que era uma Unidade de Conservação e quais as suas consequências diretas e indiretas para o seu modo de vida e suas relações com o território, tiveram suas práticas limitadas e proibidas - Não podiam mais caçar, pescar e apanhar flores secas.

Quando eles falaram que ia transformar em parque o que o senhor sentiu, o que o senhor pensou? Uai eu falei, a gente sentiu na época, a gente não achou bom não né, porque já estava acostumado lá, tudo. Ai o que aconteceu. A gente mudou aqui pra baixo, compramos uma areazinha aí e ficamos esperando a decisão, só que até hoje não deu nada. **E tinha muitas pessoas lá?** Tinha, se contar tudo, era meu tio, ah lá tinha umas 8 famílias. **E todos desceram, ou alguém ficou?** Todos, ficou não. Acabou todo mundo saindo. **E foram pra onde, todo mundo?** Veio aqui pra baixo.

Porque acabou saindo, por causa disso. Não podia fazer nada, não podia plantar pra sobreviver, não podia mexer com nada, então acabou saindo. (ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA DO CIPÓ REALIZADA PELO NIISA, 2013)

Será, porém, a partir dos anos 1970/80 que a expropriação frente às políticas ambientais do contexto que os sujeitos do lugar são subsumidos pelo parque enquanto um não-lugar (AUGÉ, 1993). Assim, a expropriação dos diversos grupos sociais, foi marcada pela sua maneira abrupta e violenta, violência esta que não se encontra apenas no plano material, uma vez que tais moradores não foram indenizados, mas uma violência simbólica, sendo retirada a sua dignidade humana, que é presente em um dos casos relatados:

“Saímos só com a roupa do corpo, não tinha lugar pra ir na cidade, não sabia fazer nada... Trabalhar na cidade, sabe?! Aí colocou a gente lá no posto policial na entrada da cidade, moramos lá naquele lugar um tempo, até o povo da cidade juntar dinheiro e arrumar uma casinha pra gente.” (ENTREVISTA COM EX-MORADOR DA SERRA DO CIPÓ REALIZADA PELO NIISA, 2013)

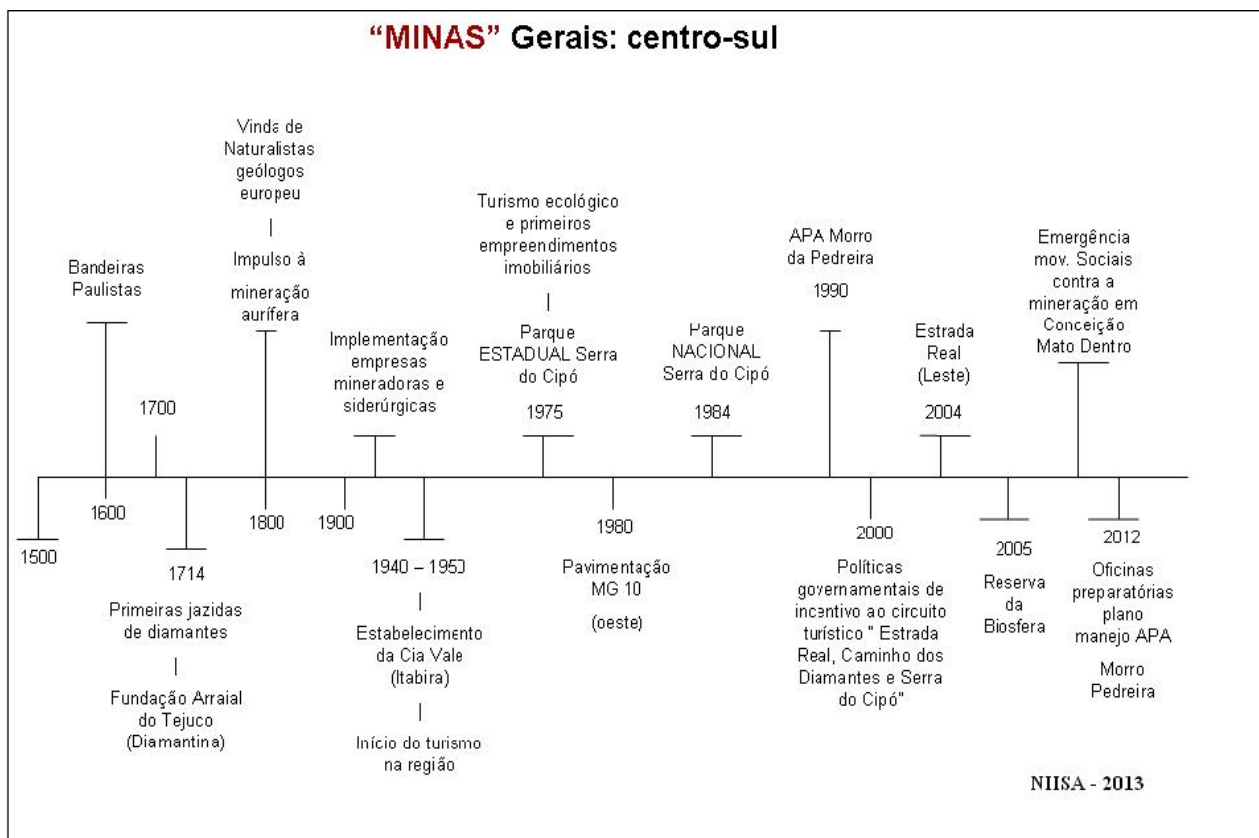
Ainda segundo o relato, a família permaneceu morando nessa barreira de 2004 a 2007, vivendo de forma precária, sem acesso a água, sem ter qualquer meio de subsistência e à mercê dos perigos inerentes ao local e da ajuda de vizinhos.



(Figura 1 - Ex Morador Frente à Sua Antiga Casa.

Fonte: NIISA, 2013)

O percurso histórico de uso e ocupação da Serra do Cipó foi marcado por lógicas distintas que fizeram emergir conflitos ambientais territoriais, sendo estabelecido a proibição de práticas de sobrevivência e constituídas práticas preservacionistas. Os principais mecanismos políticos que mudaram a paisagem da Serra do Cipó e que contribuíram para o contexto atual de conflito pode ser observado no quadro abaixo. Nele pode-se compreender os diferentes processos de territorialização que contribuíram para que a região se tornasse disputada por interesses minerários, preservacionistas e turísticos.



(Figura 2 – Linha do tempo de uso e ocupação do território - região centro-sul – MG. Fonte: NIISA, 2013)

A REEMERGÊNCIA DO CONFLITO AMBIENTAL TERRITORIAL – 2013

Em 2009, após processos abusivos de desapropriação, o Plano de Manejo do Parque Nacional delimitou Zonas de Ocupação Temporária - ZOTs, áreas de dois hectares destinadas à permanência das famílias que ainda resistiam nos limites definidos como Unidade de Conservação. Essas áreas foram delimitadas na região da Bocaina, mais conhecida como Retiro, onde ainda vivem seis famílias. Mesmo com a existência das ZOTs no Plano de Manejo do Parque, em junho de 2013, o Instituto Chico Mendes de Conservação-ICMBio notificou as famílias que atualmente residem no Retiro a desocuparem as terras até agosto de 2013 (MPF, 2013b). Na eminência de serem expulsos, os moradores, em conjunto com ex-moradores, entraram em contato com o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental - NIISA, da Universidade Estadual de Montes Claros, que publicou, em julho de 2013, um artigo no blog *Combate ao Racismo Ambiental*, denunciando mais essa tentativa de expropriação sem respeito aos direitos daquelas pessoas (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2014). A notificação de desocupação da área, assinada pela gerência do parque, dava o prazo de 30 dias para a saída das famílias, período após, o qual seria realizada “remoção forçada do local” (MMA - ICMBio - PNSCi, 2013).

Foram realizados vídeos denunciando a expropriação, além de cartas e denúncias em redes sociais, e, cada vez mais, a população, através da mídia, ficou ciente do conflito existente na região. Com a articulação dos atingidos e a repercussão do caso na mídia, o MPF – Ministério Público Federal - foi acionado e emitiu recomendação, por meio da Procuradoria Regional dos Direitos dos Cidadãos de Minas Gerais, ao

presidente do ICMBio recomendando “que se abstenha de remover os moradores da “Região do Retiro”” (MPF, 2013b, p.3). Entre os argumentos utilizados pelo MPF está citação do texto do Plano de Manejo do PNSCi onde o ICMBio deixa claro que a remoção da população idosa da região a “levaria a um inevitável quadro de inadaptação ao meio urbano próximo” (ICMBio, 2009d, p.41).

A reemergência do conflito ambiental territorial que envolve o Parque Nacional da Serra do Cipó – MG, a partir do que podemos identificar como segundo ciclo de expropriação, que envolve os últimos grupos familiares do Retiro, trouxe uma série de implicações e desdobramentos que demandou o aprofundamento da pesquisa no local. A quebra do silêncio pelos expropriados e o processo inicial de resistência dos grupos, apontou dimensões fundamentais para a compreensão dos conflitos ambientais aí existentes e os paradoxos da política ambiental em sua vertente conservacionista (ANAYA, 2014.).

Em outubro de 2013 e janeiro e fevereiro de 2014, foram realizados três encontros contando com a participação do NIISA/UNIMONTES, GESTA/UFMG, grupos familiares expropriados, moradores do Retiro e outros colaboradores. Tais encontros tiveram como objetivo compreender o modo de vida na região, as práticas religiosas e culturais e as formas de apropriação e uso do lugar, antes da criação do Parque. Além disso, buscou-se compreender o processo de desestruturação social e econômica desencadeado pela implementação do PNSCi, bem como a problemática questão fundiária que se desenrola até hoje. Durante as reuniões, foram colhidos depoimentos dos expropriados que exemplificam as situações vividas e os impactos sofridos pelos sujeitos. (MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS, 2014). Nesse processo, constatou-se uma série de violações dos direitos humanos, coletivos e territoriais dos agentes ambientais junto às famílias expropriadas e aos atuais moradores do Retiro. Por outro lado, deu-se início a uma quebra do silêncio dos grupos expropriados em torno do conflito existente, que passaram da invisibilidade imposta pela visão preservacionista da natureza à visibilização de um processo de perdas materiais, territoriais e de ruptura social como o espaço expropriado. Passou-se de uma resistência silenciosa à uma resistência comunicada, esperando que o poder público intervenha junto aos distintos processos com objetivo de reparação de danos morais e materiais. Quanto à situação do Retiro, os moradores têm atualmente seus quintais invadidos pela lama e um estacionamento sobre seu território em pleno processo de construção.

CONSIDERAÇÕES

É relevante investigar a história ambiental e sociocultural dos grupos familiares que nunca foram visibilizados e estudados, ainda vivos e sem indenização; a reemergência do conflito reatualizado pela tentativa recente de expropriação das famílias do Retiro; a busca de reparação dos danos sofridos através da “Comissão dos povos e comunidades tradicionais atingidos pelo Parque Nacional da Serra do Cipó”, e a comparação das similaridades e especificidades com as demais comunidades atingidas por parques ambientais, a partir de uma compreensão histórica e social das políticas ambientais enquanto mecanismo político de desterritorialização de sujeitos do lugar e sua adequação aos projetos econômicos de base capitalista, como a mineração no caso do Cipó.

Embora a pesquisa ainda se encontre em processo de desenvolvimento, apresentamos alguns resultados parciais que foram alcançados a partir de análises bibliográficas e documentais que dizem respeito aos processos históricos, sociais,

econômico e políticos de uso e ocupação da região do entorno do PNSCi, que contribuíram para a transformação territorial do lugar. Observou-se que a Serra do Cipó passou por grandes transformações nas formas de apropriação material e simbólica por distintos atores nos diferentes períodos e contextos investigados. Desde o período colonial com a chegada dos bandeirantes que buscavam explorar ouro e diamante na região, ao período de valorização ambiental da região por ambientalistas que culminou com a criação do PARNA Serra do Cipó e a APA Morro da Pedreira nos anos 1970/90, até o atual interesse de empreendimentos imobiliários, turísticos e de mineração que vem se consolidando na região. Porém, o sentido do lugar para os sujeitos que sempre ali habitaram é aqui ressaltado na perspectiva do local versus o global, uma vez que são os principais atingidos pela implementação do PARNA e se encontram ainda em processo de conflito fundiário com o órgão gestor (ICMbio). É a versão desses sujeitos que aqui é visibilizada em contraposição de uma política ambiental que não considera os habitantes do lugar e as diferentes formas de relação e apropriação material e simbólica da natureza.

Quando se fala da Serra do Cipó, utilizam a corrente preservacionista, dizendo da exuberante beleza da região e do turismo que é possível, fomentando ainda mais a especulação imobiliária. Não se fala de desapropriações, vínculos territoriais e violência simbólica.

REFERÊNCIAS

ANAYA, Felisa Cançado. *OS DRAMAS SOCIAIS DA COMUNIDADE TRADICIONAL DO RETIRO: Etnografia do Conflito Ambiental Territorial no Parque Nacional da Serra do Cipó-MG*. UNIMONTES, 2014

AUGÉ, Marc. Dos Lugares aos Não Lugares. In: *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papyrus, 1993. p. 72-105.

BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil 1989.

CRA. MG – *Moradores históricos estão sendo expulsos de suas terras na área do atual Parque Nacional da Serra do Cipó em nome de uma ‘natureza intocada’ que preservaram ao longo dos tempos*. Combate Racismo Ambiental, 30 Jul. 2013. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2013/07/mg-moradores-historicos-estao-sendo-expulsos-de-suas-terras-na-area-do-atual-parque-nacional-da-serra-do-cipo-em-nome-de-uma-natureza-intocada-que-preservaram-ao-longo-dos-tempos/>>. Acesso em: 11 Abr. 2014.

FERREIRA, Raoni Araújo. *A Serra do Cipó e seus vetores de penetração turística – um olhar sobre as transformações socioambientais*. (Dissertação de Mestrado). UFMG, 7 maio, 2010.

FILIPPO, Daniela Campos. *Compreendendo a Relação das Pessoas com as Áreas Naturais da Serra do Cipó (MG). em Meio às Transformações do Espaço*. (Dissertação de Mestrado). Escola Superior de Conservação Ambiental e Sustentabilidade. 2013

GESTA, Mapa dos Conflitos Ambientais, Disponível em: <http://conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/conflito/?id=564>. Acessado em 01/10/2014

ICMBio. Portaria n.55: *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Cipó e Área de Proteção Ambiental Morro da Pedreira*– Encarte 4. Diário Oficial da União, n.127, Brasília, 6 Jun. 2009d.

MPF. Recomendação MPF/MG (sem número). Belo Horizonte, 2 Ago. 2013b.

Nacional da Serra do Cipó, no Estado de Minas Gerais. Brasília, 1987.

SANTOS, Maria Stela Ferreira dos; DAPIEVE, Sônia Vieira. *Implantação do Parque Nacional da Serra do Cipó: mitos e realidade*. (monografia) Pós-graduação lato sensu em Educação Ambiental. Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais de Minas gerais. 1998. 123 pags.

ZHOURI, Andréa & LASCHEFSKI, Klemens (org). *Desenvolvimento e Conflitos Ambientais*. Belo Horizonte: editora UFMG, 2010.